

Governança pública no turismo: polissemia, reflexões e implicações

Public governance in the tourism: polysemy, reflections and implications

La gobernanza pública en el turismo: polisemia, reflexiones e implicaciones

Magnus Luiz Emmendoerfer
Universidade Federal de Viçosa
magnus@ufv.br

Elias José Mediotte
Universidade Federal de Viçosa
eliasmediotte@gmail.com

Yuri Tomaz dos Santos
Universidade Federal de Viçosa
yuri.tomaz90@gmail.com

Resumo

O presente estudo busca concatenar resultados oriundos de pesquisas realizadas individualmente no âmbito turístico, a fim de compreender as formações discursivas que possibilitam o entendimento da Governança no contexto do turismo. Para auxiliar na análise interpretativa dos conteúdos do *corpus* e estabelecer um estatuto de legitimidade das inferências e interpretações da Governança pelos autores deste estudo, utilizou-se o *software IRaMuTeQ 0.7 Alpha 2*. Os resultados apontam caracterizações convergentes e divergentes da Governança entre os grupos de artigos subdivididos, fomentando a polissemia. A partir dos principais resultados, discussões e reflexões sobre o objeto em estudo foram realizadas. Como implicações, uma delas indicou a tendência ao reducionismo da prática da Governança como um processo participativo e cooperativo, por vezes ritualístico, entre parcerias público-privadas, desprezando a condição de efetiva atuação dos atores, oriunda dos resultados coprodutivos de articulação, inclusive, em rede.

Palavras-Chave: Governança. Turismo. Polissemia.

Abstract

This study aims to concatenate results from researches carried out individually in the touristic core, in order to understand the discursive formations that enable the

understanding of Governance in the context of tourism. The *IRaMuTeQ 0.7 Alpha 2* software was used to assist in the interpretive analysis of the *corpus* contents and establish a legitimacy status of the inferences and interpretations of Governance by the authors of this study. The results point to convergent and divergent characterizations of Governance among the subdivided groups of articles, fostering polysemy. From the main results, discussions and reflections on the object under study were carried out. One of implications indicated the tendency towards reductionism in the practice of Governance as a participatory and cooperative process, sometimes ritualistic, between public-private partnerships, disregarding the condition of effective action of the actors, arising from the co-productive results of articulation, including in network.

Keywords: Governance. Tourism. Polysemy.

Resumen

El presente estudio busca concatenar resultados de investigaciones realizadas de manera individual en el núcleo turístico, con el fin de comprender las formaciones discursivas que posibilitan la comprensión de la Gobernanza en el contexto del turismo. Para ayudar en el análisis interpretativo de los contenidos del *corpus* y establecer un estado de legitimidad de las inferencias e interpretaciones de Gobernanza de los autores de este estudio, se utilizó el software *IRaMuTeQ 0.7 Alpha 2*. Los resultados apuntan a caracterizaciones convergentes y divergentes de Gobernanza entre los grupos de artículos subdivididos, fomentando la polissemia. A partir de los principales resultados se llevaron a cabo discusiones y reflexiones sobre el objeto en estudio. Como implicaciones, una de ellas señaló la tendencia al reduccionismo en la práctica de la Gobernanza como un proceso participativo y cooperativo, a veces ritualista, entre alianzas público-privadas, desconociendo la condición de acción efectiva de los actores, derivada de los resultados co-productivos de articulación, incluso en red.

Palabras- claves: Gobernanza. Turismo. Polissemia.

Introdução

Os estudos sobre Governança, oriundos de campos de saberes diversos, revelam um paradigma científico, epistemológico e multifacetado, não tendo, portanto, uma definição única para esse conceito (VIDAL, 2019; GONZÁLEZ, 2014; MEDIOTTE, 2020). Apesar de parecerem *sui generis*, as diversas proposições conceituais sobre Governança confluem nas dimensões referentes às esferas governamentais e modos de gestão, bem como nas relações sociopolíticas e modo como os atores que compõem a esfera administrativa se articulam.

No Turismo, observa-se diferentes abordagens e não raro os autores comumente aparecem comungando de concepções de outrem. Não obstante, por mais que a Governança seja um termo polissêmico (MEDIOTTE, 2020; MEDIOTTE *et al.*, 2018; VIDAL, 2019; GONZÁLES, 2014; ARAÚJO, 2010), as confluências entre as dimensões, como supramencionado, vão ao encontro do modelo epistemológico da Administração Pública (MEDIOTTE *et al.*, 2018), sempre tendo as categorias coordenação, cooperação e colaboração, subsidiadas em proposições relacionadas à vinculação público-privada, ações ensejadas no desenvolvimento, planejamento, descentralização, rede de atores, inclusão social nos processos decisórios relacionados às

políticas públicas (MEDIOTTE, 2020; RAQUEL; BELLEN, 2012), as principais ferramentas mobilizadas pelos autores que caracterizam a Governança.

Entre os principais desafios apresentados pelas literaturas desenvolvidas no contexto do turismo, com relação à Governança pública, estão I) falta de planejamento, engendrada na dissociação entre planejamento e Governança pela própria literatura e pela rede de atores; II) centralização de poder, em que determinados indivíduos envolvidos no processo de gestão desempenham ações verticais com relação às tomadas de decisões; e III) confusão entre o discernimento acerca de participação e atuação, bem como a definição de Governança que se aproxime ao modelo epistemológico no contexto da Administração Pública, revelando necessidade de maiores formações, treinamentos e capacitações (GRACIANO; HOLANDA, 2020; MEDIOTTE, 2020).

Os desafios supracitados refletem numa governança ineficaz nos *locus* estudados pelos autores ou são reverberações de uma desestruturação entre as proposições categóricas da Governança no contexto da Administração Pública. Nesse ínterim, analisar o estado da arte da literatura brasileira, chancelados nas ecléticas lentes teóricas, no que diz respeito às dimensões de análise utilizadas para caracterizar e identificar a Governança, torna-se imediato e notável. Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar e compreender as formações discursivas e as dimensões de análise que possibilitam o entendimento da Governança no contexto do Turismo, nas produções científicas brasileiras.

Pode-se explicar e justificar o objetivo proposto, considerando alguns aspectos relevantes que conduziram a execução deste estudo, quais sejam: i) considerando que a Governança pública tem sido objeto de investigação recente na literatura do turismo, o que se caracteriza por uma série de interpretações, tornando-a um termo em construção; ii) a concepção epistemológica da Governança do turismo se orienta pela coprodução dos serviços públicos, tendo a representatividade dos atores públicos e dos *stakeholders* predisposta nas relações de redes de coordenação, colaboração e cooperação com vista ao planejamento e políticas públicas que visam o desenvolvimento do turismo nos mais diversos territórios; iii) os desafios preponderantes à gestão do turismo que podem influenciar as ações conjuntas de participação e atuação da Governança turística, inclusive no que concerne às deliberações e ao processo decisório das ações em prol do desenvolvimento de territórios turísticos; iv) tais alegações remetem ao surgimento de subdomínios da Governança, os quais têm sido lapidados quanto ao seu conceito nos estudos acadêmicos, apontando para a multidimensionalidade desse paradigma, o que configura-se em um campo polissêmico e divergente no que tange à sua concepção, suas características e aplicações conceituais; v) nesse sentido, levando em consideração o cenário de pluralidade terminológica da Governança no turismo, julga-se importante alcançar o objetivo proposto neste estudo, o qual se compromete a investigar como a comunidade acadêmica tem abordado o conceito de Governança pública, no contexto do turismo.

Esta proposta se configura como necessária, uma vez que são diversos os termos e conceitos da Governança (polissemia), especificamente no contexto do turismo,

o que remete a um campo dotado de substantivas divergências (MEDIOTTE *et al.*, 2018), inclusive no que concerne às categorias e indicadores que caracterizam a Governança Pública no Turismo, também tratada como Governança Turística.

É importante, ainda, ressaltar que, como fomento à Governança e cooperação para o desenvolvimento entre os países na atualidade, foi estabelecida, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2019). Isso se desdobra em dezessete objetivos e 169 metas, estando entre elas: a erradicação da miséria; saúde e bem-estar; educação de qualidade; emprego digno e crescimento econômico; redução das desigualdades, perpassando cidades sustentáveis; combate às alterações climáticas; paz, justiça e instituições fortes. O pivô para o alcance desses objetivos é o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17, que aponta a centralidade da Governança mediante o fortalecimento dos meios de implementação das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2015).

Para organização deste artigo, a primeira parte elenca, de modo concatenado, as categorias e indicadores que permitem identificar e caracterizar a Governança a partir de suas dimensões de análise, consistindo em uma revisão de literatura, uma vez que, por se tratar de uma investigação discursiva, e considerando que a Governança não possui um conceito único, não se ancora em uma teoria de base. A segunda parte, minudencia os métodos utilizados para o tratamento dos resultados, bem como o caráter da pesquisa, e as vias que orientaram a escolha dos corpus que compõem a revisão. Em seguida, são abordados os resultados oriundos da análise, com vista a materializar, visualmente, figuras e tabelas que auxiliem na compreensão das formações discursivas que possibilitam o entendimento e compreensão da Governança no turismo. Por fim, são apresentadas considerações acerca do objeto de estudo proposto neste trabalho.

Governança pública no turismo

As literaturas sobre Governança Turística no contexto da Administração Pública sempre primam pela categorização da Governança a partir de três pilares: **coordenação**, **cooperação** e **colaboração** (RAQUEL; BELLEN, 2012; VIDAL, 2019; MEDIOTTE, 2020; MEDIOTTE *et al.*, 2018; RUSCHMANN, 1997; DALLABRIDA, 2011; DALLABRIDA, 2016; GONZÁLES, 2014; HALL, 2011; TRENTIN, 2014).

Palco de diálogo nas literaturas, bem como um conceito em construção que, por sua vez, representa emergências, convergências e divergências entre os estudos, a Governança é, para Vidal (2019), um paradigma que denota a configuração do modo de gestão e, portanto, não deve ser entendida como sinônimo de governo. Proveniente da necessidade de harmonização entre público-privado, Estado e sociedade, a noção de Governança surge na intenção de minimizar os impactos ao Estado (ARAÚJO, 2010), em que houvessem, por parte dos governos, articulação e coordenações de ações pelos atores sociais (SANTOS, 1997), em consonância com a capacidade de gerir e formular políticas públicas (PEREIRA, 1996).

Esse modelo epistemológico de Governança Pública representa o viés *stakeholders* (MEDIOTTE et al., 2018; EMMENDOERFER et al., 2016; TEIXEIRA; GOMES, 2019), isto é, compete à composição de agentes não públicos e aos atores responsáveis pela formulação de políticas públicas e quaisquer outros aspectos e soluções de problemas que incumbem a estes deliberarem (BANCO MUNDIAL, 1994).

Nesse íterim, o planejamento de políticas públicas, inclusive no turismo, depende da rede de atores, sobretudo, nos objetivos compartilhados e os benefícios dessas políticas que reverberar-se-á em distribuição das riquezas oriundas do turismo e o desenvolvimento patrimonial, cultural e histórico do destino turístico, lançando vistas às soluções de problemas oriundos desse processo (BENI, 2003). Contudo, faz-se necessário minudenciar as dimensões, por meio de categorias e proposições dos indicadores que caracterizam a Governança, com base nas literaturas consultadas previamente.

Coordenação

Diz-se sobre coordenação a *formalização* de processos, compatibilidade de missões entre as organizações envolvidas na Governança, *participação*, normatização e *regulamentação* de relacionamentos, *planejamento* e resolução de problemas com menor interferência do Estado (TRENTIN, 2014; MEDIOTTE et al., 2018; TENÓRIO, 2011; RUSCHMANN, 1997; GONZÁLES, 2014; KLIJN; 2012).

Segundo Trentin (2014, p.77) “a coordenação é o alinhamento deliberado e ordenado para atingir metas determinadas conjuntamente”. Para Raquel e Bellen (2012), a coordenação está ligada à colaboração, em que o Estado coordenaria as entidades participativas no processo de Governança a fim de implementar políticas públicas. A coordenação presume autonomia entre a rede de atores nas tomadas de decisões, uma vez que o Estado não desempenharia mais o papel de único e exclusivo implementador de políticas, haja vista a reforma dos processos na gestão pública e descentralização, elementos inerentes à Governança Pública (RAQUEL; BELLEN, 2012).

Há, explicitamente, desafios que a coordenação em Governança Pública pode apresentar. As relações hierárquicas mencionadas por Gonzáles não devem conflitar com processos verticais. De acordo com Klijn (2012), “embora a Governança enfatize a coordenação horizontal para resolver problemas políticos e vincular recursos à ação coletiva [...], dependendo das naturezas dos recursos entre os atores, a Governança ainda pode se mostrar um deslocamento vertical ou simétrico” (KLIJN, 2012, p.201).

Para Hall (1999), uma coordenação horizontal acontece quando as responsabilidades são mantidas pelos organismos governamentais, em atividades relacionadas ao turismo, numa nivelção de governo igual, ou seja, consenso, ordenação e descentralização (HALL, 1999). Isso implica numa coordenação que esteja alinhada com a representatividade e outros elementos categóricos da Governança.

Cooperação

Para Trentin (2014), a cooperação baseia-se num processo informal, não uma missão estritamente definida pelas organizações e é resultado das relações interorganizacionais. Segundo Raquel e Bellen (2012), essa categoria envolve processos de *negociação, comunicação, confiança*, além de concernir “o trabalho conjunto de atores públicos, comunitários e privados, como também novas formas de transferência de serviços para grupos privados e comunitários” (RAQUEL; BELLEN, 2012, p.6).

Além de contribuir para a coordenação de recursos (MEDIOTTE, 2020), a cooperação fomenta aspectos como: I) Autonomia das autoridades e Interdependência (TRENTIN, 2014); II) Interações entre os atores (GONZÁLES, 2014); III) Networks (HALL, 2011); IV) Capacidade de auto-organização social (DALLABRIDA, 2011); V) Realização e compartilhamento de ações conjuntas (MEDIOTTE, 2020); e, VI) Desenvolvimento de alianças, confiança e coordenação conflitos oriundos de interesses individuais (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Colaboração

Em conformidade com a Organização Mundial do Turismo, a colaboração não deve se limitar à esfera público-privada, mas se estender às relações entre Administração Pública e cidadãos. Além de fomentar a participação da sociedade civil nos processos decisivos e de proposição de políticas, essa colaboração deve inserir os cidadãos no ensejo de que estes possam exercer seus direitos, mas também exercer e aprofundar as obrigações, convergindo com a coordenação e cooperação. Essas três categorias da Governança instituem poderes baseados em ‘responsabilidades’, ‘transparência’ e ‘accountability’ (DURAN, 2013). A colaboração se refere à ajuda mútua, cooperação conjunta, interação formal e interdependência entre os atores (NÓBREGA, 2012; TRENTIN, 2014; ADU-AMPONG, 2012; KEKEZ; HOWLETT, 2019).

A colaboração deve ser um processo entendido para além da aplicabilidade de recursos financeiros. O autor salienta que estudos apontaram que a eficácia e eficiência da colaboração não está estritamente relacionada “ao potencial de recursos empregados nas estruturas das redes, mas sim ao grau de envolvimento induzido por essas estruturas [...]” (MEDIOTTE, 2020, p.15). Essa afirmação vai ao encontro dos estudos de Trentin (2014) e à concepção de colaboração da OMT (2013), cujas ideias concatenam a colaboração como processo interorganizacional, responsivo e participativo.

Faz-se necessário dilucidar que a noção de colaboração não significa inexistência de recursos ou que estes são irrelevantes nas redes. Partindo das proposições supratranscritas dessa categoria em adição à coordenação e cooperação, conceber-se-á a colaboração como um elemento/categoria indispensável na Governança Pública. Segundo o TCU (2014), a colaboração revela o estabelecimento da Governança a partir da visualização de “com quem” e “como” acontece o processo colaborativo.

Método de pesquisa

Empregou o meta-estudo a partir de uma revisão sistematizada de literatura como instrumentos metodológicos. Segundo Rich *et al.* (1999), o meta-estudo é uma abordagem metodológica que possibilita a contextualização de teorias por meio da junção dos resultados das pesquisas já desenvolvidas em determinado campo de saber, reverberando na promoção de um estudo que concatena todas as representações teóricas desenvolvidas individualmente, procurando estabelecer as formações discursivas que possibilitam identificar a acepção da Governança no contexto do turismo. Ressalta-se que as formações discursivas supramencionadas não são organizadas a partir de uma operação metodológica sustentada na Análise do Discurso, uma vez que o meta-estudo oferece subsídios para a concatenação das principais compreensões acerca da Governança, entendidas neste trabalho como discursos, a partir da concatenação dos enunciados arguidos pelos autores, a luz da revisão de literatura sobre o tema, conforme Figura 1.

Concisamente, a Figura 1 apresenta uma condensação das categorias e proposições – cuja acepção deve ser compreendida como indicadores – descritas a partir das literaturas previamente consultadas e, por conseguinte, supracitadas nesta sessão, que identificam esses conceitos como qualificadores do modelo epistemológico da Governança Pública no Turismo. Neste sentido, em sintonia com as ideias de Bardin (1979), as fases da Análise de Conteúdo realizadas na presente pesquisa foram organizadas, cronologicamente, em: pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos a partir da busca e da leitura superficial destes); exploração do material (análise e consecutiva seleção final, oriunda da leitura completa dos documentos pertinentes); e tratamento dos resultados (interpretação dos resultados obtidos).

Devido à necessidade de delimitar o escopo desta pesquisa, diante do vasto número de periódicos/eventos nacionais e internacionais disponíveis na área da Administração, optou-se pela busca e seleção de estudos publicados nos periódicos e eventos especializados na literatura do turismo, com base nos seguintes critérios: I) Ser de alta qualidade com base nas métricas confiáveis no meio acadêmico, *QUALIS/CAPES* (A1- A2- A3- A4- B1- B2-B3) e/ou de elevado fator de impacto (JRC), sobretudo por entendê-los como mais bem qualificados pelos programas de pós-graduação no Brasil (BRASIL, 2017); II) A nível nacional foram inclusos os principais eventos e periódicos em Administração qualificados pela CAPES.

O recorte delimitou as plataformas *Scientific Periodicals Eletronic Library (Spell)* e *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)* por serem repositórios abertos e de acesso livre. Tendo em vista a finalidade de despendar a generalidade dos trabalhos assentados nas plataformas pesquisadas, optou-se por não limitar este estudo a um horizonte temporal, mas sim, identificar em sua totalidade, *a priori*, todas as obras disponíveis, considerando as palavras-chaves utilizadas nos campos de ‘Busca’.

Categories	Description of the category	Propositions	References
Coordenação	A coordenação é um modelo em que os atores, sejam eles públicos ou privados, fazem parte do planejamento e controle das políticas. Esse modelo retira o Estado como único promotor e formalizador de políticas públicas e insere a sociedade civil, por meio da rede de atores, nos processos decisórios conjuntamente às entidades participativas. Exige responsabilização, descentralização, participação e capacidade de gerir os conflitos/resolução de problemas sem intermédio do Estado.	Formalização Planejamento Orientação Direcionamento Decisório Deliberativo Ordenado/Eficiência Controle	Trentin (2014); Mediotte et al. (2018); Antero (2015); Kljin (2012); Gonzáles (2014); Ruschman (1997); Raquel e Bellen (2012); Cavalcante e Pires (2018); Hall (1999; 2011); Abreu et al. (2008)
Cooperação	A cooperação baseia-se num processo informal e está ligada ao relacionamento interorganizacional. Fomenta alianças, interação e confiança entre os atores envolvidos na rede e prima pela confiança conjunta.	Relações de Cooperativismo/ Autoridades Autônomas/ Relacionamentos Informais/Redes Interorganizacionais	Trentin (2014); Raquel e Bellen (2012); Mediotte (2020); Gonzáles (2014); Hall (2011); Antero (2015); Dallabrida (2011)
Colaboração	A colaboração é o processo de reciprocidade entre os atores. Além de permitir a participação, a colaboração coloca a sociedade civil como proponentes de políticas públicas e fomenta a cidadanização dos sujeitos que não apenas são passíveis de direitos, mas executores de obrigações. Capacita os atores a resolverem problemas, descentraliza poderes e o tônus de sua eficácia é oriundo do envolvimento dos colaboradores na rede.	Formalização/ Informalização/ Interatividade/Regras Estruturas/Ação/ Decisão Conjuntas	Hall (1994); TCU (2014); Nóbrega (2012); Trentin (2014); Mediotte (2020); Thomson e Perry (2006)

Figura 1: Categorização da Governança Pública no Turismo
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

Após a revisão sistemática integrativa, foi perceptível que muitos dos resultados encontrados se duplicavam nos bancos de dados, distorciam o desígnio dessa pesquisa ou não possibilitavam inferir o discernimento da Governança Pública no contexto do Turismo. Nesse ínterim, tendo em vista a necessidade de um recorte que possibilitasse uma análise acurada, definiu-se que os artigos a serem selecionados seriam aqueles provenientes dos bancos de dados em que os títulos foram duplicados, haja vista a inferência de que essas seriam bases relevantes e com grau elevado de impacto. Ademais, realizou-se um levantamento bibliográfico dos estudos publicados nas plataformas pesquisadas com a palavra-chave “governança”, filtrada nas pesquisas avançadas de cada repositório analisado. Utilizou-se como escopo o título, resumo, introdução, termos indexados e texto completo.

Periódico	Artigos relacionados à Governança Pública em Turismo publicados no Periódico - (relação anual)	QUALIS CAPES – BIÊNIO 2019 - 2020
Revista Turismo – Visão e Ação	2007; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020	A4
PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural	2016a; 2016b; 2016c	B1
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	2007; 2014; 2018; 2019a; 2019b; 2019c; 2019d; 2020a; 2020b	A4
EURE	2020	A1
Estudios y Perspectivas en Turismo	2012; 2013	B1
Tourism & Management Studies	2011	B1
Applied Tourism	2017; 2018	B2
Revista de Cultura e Turismo	2018	B1
Revista Turismo em Análise	2000; 2005; 2007; 2008; 2009; 2013; 2014; 2018	B1
Caderno Virtual de Turismo	2017; 2019a; 2019b	B1
Revista Hospitalidade	2020	A4
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	2007; 2010; 2015; 2019	B1
Revista CENÁRIO	2017	B3

Figura 2: Delimitação da Pesquisa

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

Por fim, após leitura do resumo e introdução dos materiais obtidos, optou-se pelos artigos que possibilitassem fazer inferências sobre conceitos e formações discursivas da Governança, pois concluiu-se que muitos dos materiais são resultado de estudos de caso que se apropriam do modelo epistemológico da Governança Pública no contexto do turismo e desenvolvem argumentos que não necessariamente conceituem a

Governança. Isso refletiu numa queda de aproximadamente 99% do total de artigos encontrados na primeira amostra (6.051), tendo apuração ao final de **43 artigos selecionados para essa pesquisa**, o que equivalem a 0,71%, sendo que, o mais antigo, data de 2000 e cinco títulos referem-se ao ano de 2020.

A partir desse levantamento, observou-se que as publicações relacionadas à Governança Pública são mais evidentes nos periódicos Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, Revista Turismo em Análise e Revista Turismo – Visão e Ação, sendo observados, 9, 8 e 7 publicações ordenadamente. Assim, os artigos selecionados foram organizados a partir da publicação mais remota às recentes, conforme Apêndice A. Para interpretação dos resultados, optou-se pela criação de códigos para identificar os títulos.

Para análise e interpretação dos resultados, utilizou-se o modelo de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979). Além disso, essa pesquisa contou com o auxílio do *software IRaMuTeQ 0.7 Alpha 2*¹ para auxiliar na validação dos dados a partir da nuvem de palavras, permitindo inferir qual é a formação discursiva evidente, e o gráfico de similitude para verificar as co-ocorrências entre palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Isto posto, para o tratamento e alcance dos resultados apregoados a seguir, optou-se pela grade de categorias abertas, que, segundo Laville e Dionne (1999), é uma grade flexível, na qual as categorias de análise podem ser definidas durante o percurso da pesquisa. Além disso, Vergara (2006) recomenda a grade aberta para pesquisas que abrangem a revisão sistemática de literatura, como é o caso deste estudo. A sessão a seguir apresenta os principais resultados dessa pesquisa.

Resultados e discussões

Com base nas categorias e proposições/indicadores descritos a partir da literatura previamente consultada, observou-se que 27 dos artigos, representando aproximadamente 63% dos objetos selecionados, convergem com a literatura que definem ou possibilitam caracterizar a Governança Turística. Para essa conclusão, houve apropriação e comparação com base nas descrições e indicadores das categorias, sendo que caso o trabalho apresentasse em seu desenvolvimento interdiscursos que possibilitassem a definição da Governança, considerou que estes apresentariam uma proximidade do que é caracterizado como Governança Turística na literatura precedente. Essa aceção se deu a partir da aproximação entre os trabalhos no que diz respeito à qualidade mais adotada da Governança, apontada neste estudo a partir das categorias e indicadores pautados na literatura preliminarmente consultada.

¹ O *IRaMuTeQ 0.7 Alpha 2 (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*, foi “desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). Trata-se de um programa informático gratuito, que se ancora no *software R* e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras”. Além disso, “possibilita os seguintes tipos de análises: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 513), auxiliando rigorosamente a execução da análise de conteúdo.

A Figura 3 apresenta uma síntese das abordagens da Governança Turística de acordo com a relação dos artigos identificados pelos códigos indicados no Apêndice A.

Abordagem	Código
A Governança é um processo descentralizado de gestão participativa que envolve a interação de atores na construção de políticas públicas e tomadas de decisões, cooperação nas ações coletivas e horizontalidade no modo de governar como estratégia para a condução de políticas públicas de forma democrática. Pauta-se em relações transparentes, responsáveis e coordenadas.	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42
A Governança diz respeito à articulação em redes, compartilhamento de poder por meio de alianças e associações e maneira de liderar inerente ao Governo. Esse modelo envolve participação do planejamento de políticas públicas e pluralismo de gestão através da rede de atores.	7, 9, 10, 12, 14, 21, 24, 26, 39, 42
A Governança compete ao alinhamento descentralizado e interação de diversos atores com objetivo de alcançar objetivos comuns e coletivos e pauta-se na responsabilidade, espaço deliberativo, controle e avaliação das diretrizes por parte da sociedade.	9, 19, 27, 32
A Governança é vista como um processo de gestão participativo em busca de ações coletivas. Envolve participação, integridade, responsabilidade, cooperação, coordenação, articulação e transparência.	1, 3, 4, 14, 11, 12, 17, 18, 20, 21, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 42
A Governança é um processo de colaboração público-privada, Estado e sociedade civil que é representada por atores. Envolve atuação relações interorganizacionais, coordenação, fiscalização, descentralização, comunicação, representatividade, transparência, responsabilidade e corresponde à administração participativa nos processos turísticos.	2, 3, 4, 7, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 40, 33, 36, 38
A Governança é o resultado do gerenciamento da articulação da rede de atores em torno de problemas comuns a partir de objetivos que pautem pelo interesse coletivo. Os processos políticos envolvem ações coordenadas, representatividade, cooperação, colaboração, relações harmônicas e compartilhamento de saberes.	3, 14, 15, 17, 18, 24, 31, 33, 34, 36, 39, 40, 42
A Governança é um processo complexo e dinâmico que envolve a participação social local na condução das atividades e planejamento turístico. É um processo democrático de gestão participativa descentralizada com articulação na gestão do planejamento que vise interesses coletivos.	3, 5, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 29, 32, 33, 36, 38, 40, 42
A Governança é a coordenação de atores.	6
*Não foi possível caracterizar e identificar conceitos de Governança.	35, 43

Figura 3: Abordagens Codificadas da Governança Pública nos Artigos Selecionados
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).

A síntese do Figura 3 revela que a Governança aparece, majoritariamente, nos artigos selecionados como um processo de gestão descentralizado que envolve participação ativa e interativa de diversos atores para a construção de políticas públicas, pautando-se em responsabilidade, cooperação e coordenação. Todavia, essa caracterização da Governança apareceu em 34 trabalhos, parecendo ser uma definição genérica da Governança Turística.

A segunda caracterização mais evidente foi a compreensão da Governança como um processo descentralizado, democrático, complexo e dinâmico que envolve a participação social local na condução das atividades e planejamento turístico, visando interesses coletivos.

Foi possível observar que alguns dos *corpus* analisados apresentavam categorias e indicadores convergentes com a literatura preliminar e que muitas das definições dadas à Governança se aproximavam da literatura preliminarmente consultada. Por outro lado, constatou-se também que muitos dos trabalhos que mobilizavam as categorias **coordenação**, **cooperação** e/ou **colaboração** não necessariamente apresentavam definições ou caracterização da Governança e que as acepções se aproximavam parcialmente ou minimamente da literatura que corroborou a compreensão da Governança, suas categorias e indicadores, ou seja, concluiu-se que a menção das categorias, indicadores e do termo **Governança** nos excertos não consiste em abordar, ou mesmo dilucidar, o que tais significam e como corroboram a discussão dos problemas propostos a analisarem.

Com base na supressão do Quadro 4, concluiu-se que são elementos indissociáveis do Turismo e expressivos nos materiais selecionados: **i) público** (n = 2118), refere-se às instituições públicas, setor [público], interesse [público], órgãos e poder [público]; **ii) governança** (n = 928), apresentação das abordagens, categorias, indicadores, modelo de gestão participativo e ponto chave para o desenvolvimento do turismo; **iii) local** (n = 609), confere à participação da comunidade [local], desenvolvimento [local]; **iv) rede** (n = 520), diz respeito à rede de atores que transitam o desenvolvimento turístico – incluindo participação da sociedade –, rede de governança, redes sociais/políticas/econômicas, redes regionais, rede de cooperação; e **v) ator** (n = 450), atores são definidos pelo conjunto dos sujeitos representantes na rede de governança – sendo atores públicos, privados e a comunidade local. Com o auxílio do *software IRaMuTeQ 0.7 Alpha 2* para a análise do *corpus* geral obteve-se a Figura 4:

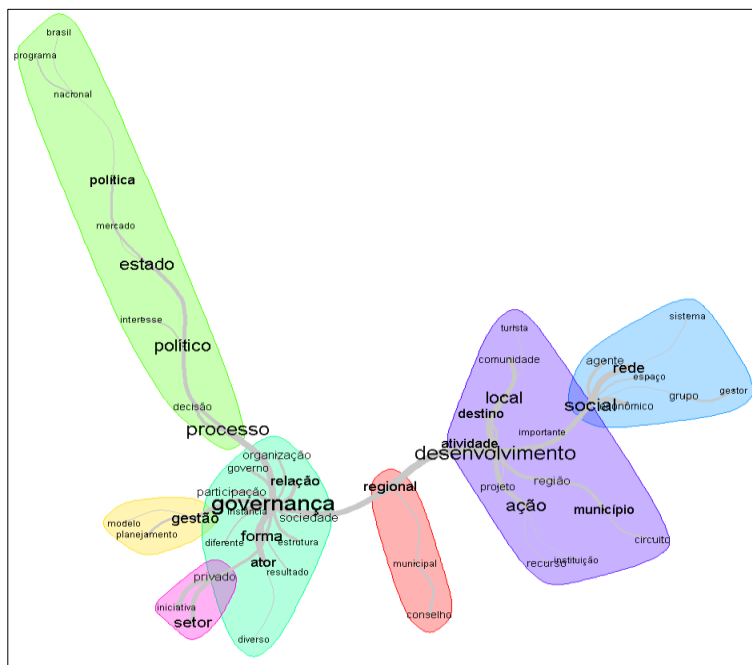


Figura 5: Grafo Geral de Similitude

Fonte: Elaboração própria. Dados gerados pelo IraMuTeQ 0.7 Alpha 2.

Não obstante, a partir do recorte dos segmentos de textos que apresentavam a palavra Governança em seus excertos, observou-se que os termos “público” e “ator” aparecem ligados à Governança, bem como “ação” e “gestão”. Os resultados apresentam “Governança” associada aos seguintes termos: público (n = 211); ator (n = 132); desenvolvimento (n = 116); ação (n = 105); gestão (n = 100). As menores frequências são para “rede de atores” (n = 2); “coordenador” (n = 2) e “cooperativo” (n = 2).

Apesar de “Governança” se destacar na nuvem de palavras formadas a partir da análise de “turismo” e “participação”, o mesmo não acontece com a análise de similaridade de “participação” para a Governança. Nesse ínterim, verificou-se que nestes textos a Governança Turística, de acordo com o que pressupõe a literatura previamente consultada, tende a uma minimização da participação exógena – com participação dos atores que transitam as atividades turísticas e não como uma participação democrática, representativa e descentralizada – e se classifica majoritariamente como um processo de gestão pública que envolve relações em rede. Identificando-se por elementos de coordenação, cooperação, colaboração e seus respectivos indicadores (vide Quadro 1), a Governança Turística nos 43 artigos selecionados apresenta uma Governança Turística dissociada dos indicadores supraditos e em extremidades distintas com relação ao núcleo. Essa concepção pode ser vislumbrada na materialização da Figura 6.

No entanto, faz-se importante ponderar que participar das instâncias de Governança não remete a uma efetiva atuação dos atores, ou seja, por mais que não exista uma definição exclusiva para a Governança, entende-se que a mesma não deve propender à participação. Propõe-se, por meio deste estudo, compreender a Governança no Turismo como o resultado das ações dos atores que tramitam o desenvolvimento turístico, com efetiva atuação, oriundas da coprodução (MEDIOTTE *et al.*, 2018), isto é, a proposição dos indicadores da Governança Turística, sobretudo da representatividade como indicadora de participação democrática, não são capazes de propiciar ou indicar uma efetiva Governança Turística. Concluiu-se, portanto, que Governança é refletida na literatura como um processo de gestão democrático e participativo em que diversos atores, dos setores públicos e privados, alocados em redes, são inseridos no processo de desenvolvimento turístico e nas tomadas de decisões coletivas.

Considerações finais

Buscando compreender as formações discursivas que possibilitam o entendimento da Governança no contexto turismo, este trabalho se propôs a contribuir com os estudos em Governança Turística a partir da proposição do conjunto sistematizado das identificações e caracterizações emergentes e evidentemente mais mobilizadas de um paradigma tão difuso que é a Governança, especificamente em turismo.

A concepção polissêmica da Governança pôde ser comprovada a partir dos diversos campos de saberes que desenvolvem estudos sobre o tema, variando as formações das autorias dos artigos selecionados que vão desde turismólogos a engenheiros, o que legitima a concepção não só da Governança como polissemia, mas também da Governança Pública Turística.

Foi possível observar uma tendência à minimização da Governança Turística como processo participativo na elaboração do planejamento turístico e tomadas de decisões, não se manifestando como instância de atuação efetiva da rede de atores. Faz-se importante ponderar, portanto, que os estudos sobre a Governança Turística apresentam lacunas emergentes não só no que concerne às proposições de teorias definidoras como também de uma concepção que ultrapassa os limites da interpretação da Governança Pública Turística como processo exclusivamente participativo, o que pode contribuir, em termos de implicações da polissemia da Governança, para a fomentação de interesses particulares dos agentes, vislumbre das atividades turísticas essencialmente econômicas e o fortalecimento de decisões cada vez mais monocáticas. Participar difere de atuar e, portanto, a Governança Turística deve ser vista como um processo de coprodução entre parceiros e atores que tramitam o desenvolvimento turístico, desempenhando papéis responsivos e a fiscalização das políticas públicas por meio de inter-relações horizontais e que sejam de interesse sócio coletivo, ou seja, em função dos interesses da sociedade e não do coletivismo turístico endógeno.

Posto isso, sugere-se que os atores que tramitam as instâncias de Governança do setor turístico tenham capacitações a fim de estabelecer uma rede articulada e que a

atuação dos parceiros seja eficientemente contemplada não só nas tomadas de decisões como em todo o processo de ação coletiva, envolvendo estes no planejamento turístico e redes interorganizacionais. A polissemia da Governança implica na fragilidade tanto do marco conceitual e normativo quanto da eficácia prática desse modelo nas instâncias, tendo em vista repertórios epistemológicos distintos e, sobretudo, uma lacuna no que tange às devolutivas dos pesquisadores para a proposição de uma rede que oriente os atores em prol da atuação e mudanças de comportamento sustentadas na participação afônica. Ademais, faz-se necessário salientar que as diversas formações discursivas causam instabilidade na própria compreensão de Governança por parte dos atores e, conseqüentemente, das categorias e indicadores que caracterizam a Governança Turística, isto é, torna-se uma implicação prática na medida em que as instâncias atenuam as inter-relações coletivas pautadas na participação sobrepujante, sem efetivas aptidões, a fim de alcançar, propor e fiscalizar políticas públicas e consultas de interesses que notabilize a coletividade, não só dos atores, mas, sobretudo, da sociedade civil em sua completude.

Contudo, espera-se que este trabalho consiga contribuir não só com estudos já realizados, a partir da oferta de um conjunto de modelos que caracterizam a Governança Pública Turística, como também para os atores envolvidos no desenvolvimento turístico, às instâncias de Governança dos destinos turísticos, à sociedade e partes interessadas, bem como em proposições de agendas de estudos futuros que ensejem corroborar o presente objeto de estudo que apresenta limitações e emergências que convergem não só com os interesses epistemológicos da Administração Pública, como também de inquietudes emergentes e confluentes de abundantes diligências científicas, e, sobretudo, para exercício efetivo da cidadania.

Agradecimentos

Ao fomento à investigação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq – Processos 408437/2016-2; 429443/2016-1; 310574/2016-1; 309363/2019-5), à Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG – Processos APQ-01870-15; PPM-00049-18) e à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, código de financiamento 001. Agradecimentos complementares à equipe editorial e pareceristas anônimos, pelas suas valiosas contribuições, que repercutiram positivamente no presente estudo.

Referências

ALBAN, M. A Insustentabilidade do Turismo no Brasil e o Sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional. *Turismo em Análise*, v. 19, n. 1, p. 3-24.

ARAÚJO, A. N. S. M. de. Articulação entre o conceito de governança e as funções de planejamento e controle na gestão de políticas públicas. *III Congresso Consad de Gestão Pública*, 2010.

ARAÚJO, C. M. Gestão Pública Democrática e Democracia Participativa no Brasil: disseminação dos Conselhos de Políticas Públicas, no âmbito do Turismo, no estado de São Paulo. *Tourism & Management Studies*, Issue 1, p. 396-406, 2011.

- ARAUJO, M. de N. F.; SIMONIAN, L. T. L. Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica. *PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 14, n. 2, 2016.
- BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. Gestão regional do turismo – participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras- RJ . *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, n. 1, p. 108-124, 2019.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Ed. 70, 1979.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 8ª Ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- BIZ, A. A.; PACHECO, R. C. S.; TODESCO, J. L. Estrutura Conceitual de Plataforma de eGov para o Ministério do Turismo (MTur). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 19, n. 3, 2019.
- BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2017). *Relatório da Avaliação Quadrienal 2017*. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Administracao-quadrienal.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- BRASIL, Tribunal de Contas da União [TCU]. *Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública*. Brasília, DF. 2014, 80 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016>. Acesso em 06 mar. 2022.
- CONCEIÇÃO, C. C. Modelo Analítico de Governança Regional de Turismo - MAGRET. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, n. 2, p.123-138, 2020.
- CÔRREA, S. C. H.; GOSLING, M. S. Destinos Turísticos Inteligentes na Avaliação de Pesquisadores e de Profissionais do Turismo nos Setores Público e Privado. *Revista Hospitalidade*, v. 17, n. 2, p.71-94, 2020.
- COUTINHO, A. C. A.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. de M. Articulação de Rede Social no Processo de Desenvolvimento Turístico: o caso no Rio Grande do Norte/Brasil. *Turismo – Visão e Ação*, v. 22, n. 1, p.115-140, 2020.
- COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. de M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, n. 3, p. 55-70, 2019.
- DALLABRIDA, V. R. *Governança Territorial e Desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança*. Anais do I Circuito de Debate Acadêmico, 2011.

DELGADO, A. B. O Papel das Redes Sociais no Desenvolvimento de Práticas Turísticas Sustentáveis: algumas reflexões teóricas. *Revista Turismo em Análise*, v. 25, n. 1, p.75-101, 2014.

DOTTO, D. M. R.; DERNADIN, A. C. M.; PONS, M. E. D.; CERETTA, C. C. Gestão municipal e ações integradas para o fortalecimento do turismo no território Quarta Colônia, RS, Brasil. *Turismo – Visão e Ação*, v.20, n. 1, p. 132-157, 2017.

DURAN, C. *Governance for the Tourism Sector and its Measurement*. UNWTO Statistics and TSA Issue Paper Series STSA/IP/2013/01. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284415632>>. Acesso em: 22 Jun 2020.

EMMENDOERFER, L.; SILVA, L. F. T. B. e.; EMMENDOERFER, M. L.; FONSECA, P. S. A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante? *Observatório de Inovação do Turismo*, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2007.

EMMENDOERDER, M. L.; SOARES, É. B. S.; ARAÚJO, J. F. F. E. de.; CUNHA, N. R. da S.; DA COSTA MENDES, J. Destino Indutores e Desenvolvimento Turístico Regional: Um Problema de Ingovernabilidade?. *PASOS – Revista de turismo y patrimonio cultural*, v. 14, n. 3, p. 737-750, 2016.

ENDRES, A. V.; PAKMAN, E. T. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, n. 1, p.1-18, 2019.

FERNANDES, A. M. V. Megaeventos e Turismo no Rio de Janeiro: um olhar sobre o Planejamento Estratégico e a promoção da imagem da cidade. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 19, n. 1, 2019.

FERNANDES, L. M. M.; CORIOLANO, L. M. N. T. A governança na política nacional de regionalização do turismo: um estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. *Turismo – Visão e Ação*, v. 17, n. 2, p. 247-278, 2015.

FORTUNATO, R. A.; VIEIRA, E. M. N. A articulação SEDVAN-IDENE: perspectivas e potencialidades socioambientais na região do Alto Vale do Jequitinhonha/MG: o caso do Programa de Turismo Solidário. *Observatório de Inovação do Turismo*, v. 5, n. 4, p. 1-21, 2010.

FRATUCCI, A. C. Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. *Turismo em Análise*, v. 20, n. 3, p. 391-408, 2009.

GOMES, B. M. A.; VARGA-SÁNCHEZ, A.; PESSALI, H. F. Interação Empresários-Sector Público no Turismo: uma análise institucional e neocorporativista na cidade de Huelva (Espanha). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, n. 3, p. 382-402, 2014.

GOMES, B. M. A.; SANTOS, A. C. dos. Influência das Políticas Públicas de Turismo nas Tansações entre Agentes: uma análise sob a ótica da ETC. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 1, n. 2, p. 52-100, 2007.

- GONZÁLEZ, M. V. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? *Caderno Virtual de Turismo*. edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9-s.22, nov. 2014.
- GUILARDUCCI, B. C. FRATUCCI, A. C. Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: uma perspectiva sistêmica e complexa. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, n. 1, p.140-160, 2020.
- GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.
- GTSCA2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. *III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/iii-relatorio-luz-da-sociedade-civil-agenda-2030-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 3 de maio de 2021.
- HALL, C. M. *Rethinking Collaboration and Partnership: A Public Policy Perspective*. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 7, n. 3-4, p. 274-289, 1999.
- HALL, C. M. “Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: From first-and second-order to third change?”. *Journal of Sustainable Tourism*, v.19, p. 647-671, 2011.
- JUNIOR, M. A.; MANNRICH, E. W.; RUIZ, T. C. D.; ANJOS, F. A. DOS. A categorização das regiões turísticas de Santa Catarina. *Applied Tourism*, v.3, n. 2, p. 274-295, 2018.
- KEKEZ, A.; HOWLETT, M. *Collaboration in Public Service Delivery: Promise and Pitfalls*. Editora: Elgar, 2019.
- KLIJN, E. H. “New Public Management and Governance: A Comparison”. in *The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. London: Routledge, p. 201-214, 2012.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LINS, H. N. Florianópolis, cluster turístico?. *Turismo em Análise*, v. 11, n. 2, p. 55-70, 2000.
- LINS, H. N. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. *Turismo – Visão e Ação*, v. 9, n. 1, p. 107-120, 2007.
- MARTINS, H. F.; MARINI, C. Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. *Revista do TCU*, Ed. 30, 2014. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/40>>. Acesso em: 12 Nov 2019.
- MARTINS, L. M.; VILAR, J. W. C. Tecnologia Móvel na Gestão de Atividades Turísticas em Aracaju, SE, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 29, n. 3, p. 396-412, 2018.
- MATTIA, C. De.; BELLEN, H. M. H. A Experiência da Governança Pública na Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura. *XXXVII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, 2014.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. *Revista Turismo em Análise*, v.24, n. 1, p. 171-189, 2013.

MEDIOTTE, E. J. Políticas Públicas de Turismo: Do Planejamento Turístico às Policy Network. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, n. 22, jun., 2017.

MEDIOTTE, E. J. *Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)*. 2020. 241 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.

MEDIOTTE, E. J.; EMMENDOERFER, M. L.; BARRETO, M. C. SOARES, J. O. A Polissemia da Governança Pública como Processo de Coprodução no contexto do Turismo: Uma Revisão Sistemática. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação – CASI*, 2018.

NAKATANI, M. S. M.; GONÇALVES, S. A. La regionalización turística como instrumento para la descentralización de la gestión del turismo en Brasil: el caso del Estado de Paraná. *Estudios y Perspectivas en Turism*, v.22, n. 4, p.763-784, 2013.

NERY, C.; SOUZA, J.; TOMAZZONI, E. L. Análise do Plano de Turismo Municipal de São Paulo (PLATUM), com enfoque no desenvolvimento socioeconômico. *Observatório de Inovação do Turismo*, v. 9, n. 2, p. 19-54, 2015.

ONU BRASIL. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> . Acesso em: 3 de maio de 2021.

PAULA, L. B de.; REZENDE, A de.; ALVARES, D. F. Planejamento e gestão de destinos turísticos a partir do fortalecimento e engajamento das partes interessadas. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, ano 12, n. 1, p. 31-58, 2018.

PEREIRA, L. C. B. Da Administração Pública à Gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, p. 1-28, 1996.

PEREIRA, C. A. S. Organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento das Políticas de Turismo e de Lazer. *Turismo em Análise*, v. 16, n. 1, p. 68-84, 2005.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Avaliação Política da Política de Estado de Turismo de Minas Gerais. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, v. 13, n. 1, p.131-157, 2019.

PINHEIRO, I. F. S.; MARACAIPA, K. F. B.; CHIM-MIKI, A. F. Política Pública de Regionalização do Turismo; um estudo sobre a Participação Social no Polo de Turismo Seridó. *Revista Turismo – Visão e Ação*, v. 22, n. 1, p.162-184, 2019.

RAQUEL, I.; BELLEN, H. M. V. Contribuição à concepção da Governança Pública: uma análise a partir da visão dos especialistas. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2012. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

RICH, G. A.; BOMMER, W. H.; MACKENZIE, S. B.; PODSAKOFF, P. M.; JONSON, J. L. “Apples and apples or apples and oranges? A meta-analysis of objective and subjective measures of salesperson performance”. *Journal of Personal & Sales Management*, v.19, n. 4, p. 14-52, 1999.

RODRIGUES, C. G. de O. ; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, n. 3, p. 105-120, 2019.

RUSCHMANN, D. Van De M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do Meio Ambiente*, 16ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. Van de M.; ANJOS, F. A. DOS.; JUNIOR, M. A. Indicadores de avaliação de Governança em destino turísticos – uma análise da aplicabilidade dos modelos propostos. *Applied Tourism*, v.2, n. 1, p. 128-148, 2017.

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituinte. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.40, n. 3, 1997.

SANTOS, T. S.; PEREIRA, R. S. Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional?. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 12, n. 2, p.83-111, 2018.

SANTOS, T. de S.; PEREIRA, R. da S. O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil. *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, v. 46, n. 137, p. 113-133, 2020.

SETTE, I. R. O Programa de Regionalização de Minas Gerais, Brasil: aspectos históricos, fragilidades e perspectivas. *Turismo em Análise*, v.28, n. 1, p. 112-133, 2017.

SILVA, L. F. da. ; JUNIOR, M. O. ; SAMPAIO, C. A. C. Gobernanza y Territorialidad em el desarrollo turístico regional: El caso del Oktoberfest en Blumenau, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 21, n. 6, p. 1369-1388, 2012.

TEIXEIRA, F. R.; PAISANA, A. M. V.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Contribuição do estudo das características culturais do cluster da malacocultura da grande Florianópolis para a gestão das atividades de Turismo na região. *Turismo – Visão e Ação*, v.19, n. 1, p. 5-30, 2017.

TINEO, D.; TOMAZZONI, E. L. Santos e Região Convention & Visitors Bureau e a governança para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP). *Caderno Virtual de Turismo*, v.17, n. 3, p. 113-130, 2017.

TOMAZIN, M.; BENI, M. C. Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: o caso do Programa de Regionalização do Turismo. v. 5, n. 8, p. 84-96, 2017.

TRENTIN, F. *Política de Turismo no Brasil: Tomada de Decisão e a Análise das Estruturas de Governança nos Destinos Turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Brasil*. 2014. 495 f. Tese (Doutorado em Turismo). Universidade de Coimbra, Portugal – PT.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração* (2a ed.). São Paulo: Atlas, 2006.

VIDAL, J. P. *Governança democrática: para uma nova coordenação da sociedade*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2019.

WORLD BANK. *World development report 1994: infrastructure for development*. World Bank, Washington, D, C, EUA. World Development Report. Oxônia: Oxford University Press, 1994.

Magnus Luiz Emmendoerfer

Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

Endereço de correspondência dos autores: Av. P.H.Rolfs, s/n, Campus UFV, Viçosa, MG, CEP 36570-900.

E-mail: magnus@ufv.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644>

Elias José Mediotte

Doutorando e Mestre em Administração Pública, UFV. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC), Brasil.

E-mail: eliasmediotte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0370-0806>

Yuri Tomaz dos Santos

Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Membro e pesquisador do GDTeC.

E-mail: yuri.tomaz@ufv.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4395-179X>

Recebido para publicação em junho de 2021.
Aprovado para publicação em janeiro de 2022.

APÊNDICE A - Artigos Selecionados

Ano	Título do artigo	Autor(es)	Código
2000	Florianópolis, <i>cluster</i> turístico?	Lins	1
2005	Organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento das Políticas de Turismo e de Lazer	Pereira	2
2007	A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante?	Emmendoerfer <i>et al</i>	3
2007	Influências das Políticas Públicas de Turismo nas Transações entre Agentes: uma análise sob a ótica da ECT	Gomes e Santos	4
2007	Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis	Lins	5
2008	A Insustentabilidade do Turismo no Brasil e o Sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional	Alban	6
2009	Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo	Fratucci	7
2010	A articulação SEDVAN-IDENE: perspectivas e potencialidades socioambientais na região do Alto Vale do Jequitinhonha/MG: o caso do Programa de Turismo Solidário	Fortunato e Vieira	8
2011	Gestão Pública Democrática e Democracia Participativa no Brasil: Disseminação dos Conselhos de Políticas Públicas, no âmbito do Turismo, no Estado de São Paulo	Araújo	9
2012	Gobernanza y Territorialidad em el Desarrollo Turístico Regional – El caso del Oktoberfest en Blumenau- Brasil	Silva <i>et al</i>	10
2013	La regionalización turística como instrumento para la descentralización de la gestión del turismo en Brasil: El caso del Estado de Paraná	Nakatani e Gonçalves	11
2013	Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão	Mielke e Pegas	12
2014	Governança e Ações Coletivas no Turismo Regional: a experiência dos empreendedores da Região Oeste do Paraná	Tomio e Schmidt	13
2014	O Papel das Redes Sociais no Desenvolvimento de Práticas Turísticas Sustentáveis: algumas reflexões teóricas	Delgado	14
2014	Interação Empresários-Sector Público no Turismo: uma análise institucional e neocorporativista na cidade de Huelva (Espanha)	Gomes <i>et al</i>	15
2015	A Governança na Política Nacional de Regionalização do Turismo: Estudo dos Grupos Gestores dos Destinos Indutores do Ceará	Fernandes e Coriolano	16
2015	Análise do Plano de Turismo Municipal de São Paulo (PLATUM), com enfoque no desenvolvimento socioeconômico	Nery <i>et al</i>	17

Ano	Título do artigo	Autor(es)	Código
2016	Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS	Trentin	18
2016	Destinos Indutores e Desenvolvimento Turístico Regional: Um Problema de Intergovernabilidade?	Emmendoerfer et al	19
2016	Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica	Araujo e Simonian	20
2017	Indicadores de Avaliação de Governança em Destinos Turísticos – uma análise da aplicabilidade dos modelos propostos	Ruschmann et al	21
2017	O Programa de Regionalização de Minas Gerais, Brasil: aspectos históricos, fragilidades e perspectivas	Sette	22
2017	Contribuição dos Estudos das Características Culturais do Cluster da Malacocultura da Grande Florianópolis para a Gestão das Atividades de Turismo na Região	Teixeira et al	23
2017	Santos e Região Convention & Visitors Bureau e a governança para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP)	Tineo e Tomazzoni	24
2017	Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: O caso do Programa de Regionalização do Turismo	Tomazin e Beni	25
2018	Gestão Municipal e Ações Integradas para o Fortalecimento do Turismo no Território Quarta Colônia, RS, Brasil	Dotto et al	26
2018	A Categorização nas Regiões Turísticas de Santa Catarina	Junior et al	27
2018	Planejamento e Gestão de Destinos Turísticos a partir do Fortalecimento e Engajamento das Partes Interessadas	Paula et al	28
2018	Tecnologia Móvel na Gestão de Atividades Turísticas em Aracaju, SE, Brasil	Martins e Vilar	29
2018	Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional?	Santos e Pereira	30
2019	Gestão regional do turismo - participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras- RJ	Bantim e Fratucci	31
2019	Estrutura Conceitual de Plataforma de eGov para o Ministério do Turismo (MTur)	Biz et al	32
2019	Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea	Coutinho e Nóbrega	33
2019	A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional	Endres e Pakman	34
2019	Megaeventos e Turismo no Rio de Janeiro: um olhar sobre o Planejamento Estratégico e a promoção da imagem da cidade	Fernandes	35
2019	Avaliação Política da Política de Estado de Turismo de Minas Gerais	Pimentel e Pimentel	36

Ano	Título do artigo	Autor(es)	Código
2019	Política Pública de Regionalização do Turismo; um estudo sobre a Participação Social no Polo de Turismo Seridó	Pinheiro <i>et al</i>	37
2019	Parcerias e Concessões para o Desenvolvimento do Turismo nos Parques Brasileiros: Possibilidades e Limitações de um Novo Modelo de Governança	Rodrigues e Abrucio	38
2020	O Turismo como impulsionador do Desenvolvimento Regional - análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil	Santos e Pereira	39
2020	Modelo Analítico de Governança Geogional de Turismo - MAGRET	Conceição	40
2020	Destinos Turísticos Inteligentes na Avaliação de Pesquisadores e de Profissionais do Turismo nos Setores Público e Privado	Côrrea e Gosling	41
2020	Articulação de Rede Social no Processo de Desenvolvimento Turístico: o caso no Rio Grande do Norte/Brasil	Coutinho <i>et al</i>	42
2020	Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: uma perspectiva sistêmica e complexa	Guilarducci e Fratucci	43

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2020).